

Do afã à insolvência

Rita Felix Fortes*

RESUMO: No presente estudo far-se-á uma leitura da configuração espacial do engenho Santa Fé – no qual está centrada uma das três partes do romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego – destacando-se o processo de edificação do engenho, paralelamente à ascensão social do Capitão Tomás – seu fundador – bem como seu processo de decadência. Este estudo atém-se, principalmente, ao processo de edificação e à derrelição espacial, enquanto elementos indicadores da inserção e da exclusão social dos latifundiários brasileiros entre o Segundo Império e a República Velha.

PALAVRAS-CHAVE: Fogo morto, Ascensão, Decadência.

ABSTRACT: The present study will do a reading of the space configuration of Santa Fé Plantation, on which one the three parts of the novel *Fogo morto*, by José Lins do Rego, is centered. It will focus on the edification process of the Plantation in parallel with Capitão Tomás's social ascension, his founder, as well as their processes of decadence. This study highlights, mainly, the process of edification and the space abandonment, while elements which are indicators of the social exclusion and insertion of the Brazilian landowners between the Second Empire and the Old Republic.

KEYWORDS: Fogo morto, Ascension, Decadence.

O processo de construção e decadência do engenho Santa Fé, no romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego, é o objeto deste estudo, visto ser o Santa Fé uma construção espacial emblemática da derrocada sofrida por muitos senhores de terras brasileiros entre o último quartel do século XIX e o primeiro do XX.

A concepção espacial é um dos aspectos fundamentais de *Fogo morto*. As duas partes iniciais da narrativa são concebidas a partir da situação estática e modorrenta de mestre Amaro e o coronel Lula de Holanda – os protagonistas das duas primeiras partes do romance – e seu derreliado mundo. Nessas, predomina um espaço decomposto e tão desvitalizado quanto seus habitantes. Não se discutirá sobre a relação dissonante entre Vitorino Carneiro da Cunha – o protagonista da última parte da obra – e seu espaço, visto que esta foge à presente proposta de análise.

A passagem de uma sociedade eminentemente rural e patrimonialista – herança da tradição ibérica – para uma sociedade urbana e capitalista – tendência irreversível do século XX – mina os alicerces nos quais os reacionários senhores da zona da mata paraibana se acreditavam fixados para sempre. A usina, que virá substituir o engenho, alinha-se ao ritmo

* Doutora em Literatura Comparada e professora da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon - PR

capitalista de produção e reduzirá a bagaço todo aquele que, preso aos valores tradicionais, não for capaz de

conciliá-los com uma nova ordem econômica, contra a qual se insurgem os próprios valores tradicionais condicionados pelo sentimento popular e pela consciência ou pela memória dos servos do engenho. Esclareça-se que são enormes as mudanças, as transformações acarretadas pelo advento da usina: eliminam a tradição do senhor e da senhora de engenho, da assistência moral, espiritual e material que a sinhá-dona dava aos seus “moradores” [colonos] e escravos, que muitas vezes se enraízam até as origens do engenho; extinguem práticas populares e folclóricas; determinam uma completa desumanização da paisagem física e social. É tudo obra da ação devoradora da usina. (CASTELLO, 1961, p. 137-8).

Embora, em *Fogo morto*, não haja alusão à usina, é evidente o prenúncio de uma nova ordem produtiva que destruirá os engenhos. Entretanto, quando a narrativa se desloca para uns cinquenta anos antes, quando da edificação do engenho Santa Fé, o ritmo do tempo, a vitalidade e a determinação com que o Capitão Tomás Cabral de Melo constrói o seu lugar no mundo são diametralmente opostos à pasmaceira que se abateu sobre a sede do engenho, o canavial, seus moradores e que se espria, inclusive, sobre a casa e a família de mestre Amaro, um mero agregado, mas que incorporara o clima mórbido e decadente do engenho. Como analisa Antonio Candido, José Lins do Rego, em *Fogo morto*, concebeu um romance de planos nos quais

a primeira parte coloca os problemas atuais com que se debatem os personagens, apresentados segundo a sua convergência para um ponto fixo – a casa de Mestre José Amaro. A segunda foge para o passado, estabelecendo a profundidade temporal. (CANDIDO, 1991, p. 392).

Ao construir o engenho e erguer sua casa, o Capitão Tomás o faz com a solidez e a energia de quem acredita estar construindo não apenas sua casa, mas como quem está lançando as bases sobre as quais será erguido um império para durar séculos e que será perpetuado por sua descendência. O engenho surge de forma metonímica à vitalidade e à obstinação do seu fundador, desejoso de moldar a todos e a tudo à sua volta. Gustav Schmoller (*Apud* FREYRE, 1952, p. 23) atribui à casa o poder aglutinador estreitamente vinculado à passagem da barbárie à civilização. A história econômica resultaria, na verdade, da “economia da casa”.

Esta relação imemorial entre a casa, representando o ponto fixo, o elemento norteador e protetor contra o Caos e a barbárie, parece ter sido ainda muito marcante no Brasil patriarcal e é amplamente abordada pela literatura.

O brasileiro pela sua profunda formação patriarcal e pela semipatriarcal, que ainda continua a atuar sobre ele em várias regiões menos asfaltadas, é um tipo social em que a influência da casa se acusa ecológica e economicamente em traços de maior significação.(FREYRE, 1951, p. 24).

Este valor atribuído à casa, poderia ser analisado como uma herança medieval deslocada no tempo e no espaço, o que implicaria o desencontro histórico das personagens em relação ao tempo. Embora o expansionismo português e, conseqüentemente, o início da colonização brasileira, tenha se dado sob a égide do mercantilismo burguês, crescente na Europa a partir da segunda metade do século XV, “permanece vigente na sociedade colonial a ideologia da cristandade, de raízes agrárias e feudais. É ela a responsável pela cosmovisão dominante na sociedade brasileira em formação”.(AZZI, 1987, p.13).

A despeito de todas as adversidades pelas quais passaram os primeiros colonizadores, a descoberta da América reavivou o mito do Paraíso terrestre. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1977, p.253), manuscritos medievais do século XIII, como a *Navigatio Brandani*, atestam o interesse português pelo ciclo das demandas do Paraíso Terrestre.

Com produção literária tão rica em visões semelhantes, seria mesmo de admirar se, no curso de seus descobrimentos ou conquistas, não fossem os portugueses levados alguma vez a procurar correspondência entre essas criações fantásticas e os novos e estranhos espetáculos que lhes poderiam proporcionar as regiões do ultramar, sobretudo as mais vizinhas ao Equador.

O objetivo da citação acima não é estabelecer uma relação imediata entre a concepção espacial do romance em análise e o mito do paraíso, que pode ter povoado a imaginação dos primeiros colonizadores. Isto seria elidir os trezentos e cinqüenta anos de história da formação da sociedade e do imaginário brasileiro entre 1500 e 1850 – data da construção da casa do capitão Tomás Cabral de Melo e não a da criação do romance. O que se objetiva destacar é que, em certa medida, no imaginário dos auto-suficientes senhores patriarcais, tomar posse de uma nova terra, construir uma casa e pôr nela a sua marca, acaba por investir este espaço de um valor simbólico que se vincularia a um tempo imemorial e a um tempo histórico: o tempo imemorial, há muito esmaecido, seria remanescente das heranças do homem religioso; o tempo histórico, remeteria ao início da colonização e às marcas que a apropriação das terras e as primeiras edificações teriam deixado no imaginário brasileiro.

É moeda corrente na literatura, no folclore e nas histórias das decadentes famílias patriarcais, a mitificação de fazendas que, de tão auto-suficientes, poderiam prescindir totalmente do resto do mundo, não fosse a necessidade de comprar sal. Naturalmente, esta auto-suficiência já nasce

sustentada pela produção capitalista, mas isso é apagado do imaginário para dar destaque à grandiosidade da casa.

O Capitão Tomás ergue sua casa como uma fortaleza à qual seu genro, uns cinqüenta anos mais tarde – decaído e senil –, se apegava como à última tábua de salvação contra as aceleradas transformações socioeconômicas que levaram de roldão a sua forma de vida, sem que ele se desse conta do que acontecera no mundo além dos limites do seu engenho. Mas não é apenas o valor pecuniário e social do engenho que se reveste deste valor simbólico. Mestre Amaro, pressionado por uma série de adversidades, na iminência da perda da casa, prefere a morte à ruptura com raízes que o mantinham “fincado” ao seu espaço.

Apesar do empenho com que o Santa Fé é edificado, há na sua fundação algo de corrosivo a carcomer todos os planos de perenidade e de perpetuação do seu fundador. É como se a soberba e a rudeza do espírito pragmático do Capitão Tomás e sua incapacidade para a alegria – além, é claro, das contingências histórico-econômicas – se amalgamassem aos pilares da construção, fazendo do Santa Fé um engenho triste que, ao ser construído, já traz em sua base o germe da destruição. “*O Santa Fé ficara um engenho triste. De vez em quando, tendo de batizar uma filha, dava uma festa. (...) Mas aquilo não era do gosto do capitão. Era homem duro...*”¹ (p.122). O Capitão Tomás se ajusta ao que Hölderlin, de acordo com a análise de Márcia de Sá Cavalcante (1993, p. 18), denomina de “espírito sedentário, esse que não é mais capaz de festejar, de fazer a partir da vida e para a vida, de honrar os deuses, de obedecer ao fundo da existência, o espírito da soberba da técnica, esse não sabe o que é para o homem habitar”.

O Capitão Tomás delega à casa um valor simbólico que extrapola a sua concepção de mero abrigo contra os perigos e as intempéries. Entretanto, a despeito do seu empenho, falta-lhe uma certa sensibilidade para o onírico capaz de atribuir a ela o valor simbólico primordial que, de acordo com Bachelard (1989, p. 62-4), resulta em uma “comunhão dinâmica entre a casa e o universo. (...) O espaço habitado transcende o espaço geométrico. (...) Abre-se, então, fora de toda racionalidade, o campo do onirismo”. Por isso, na velhice, o Capitão Tomás antevê com melancolia o futuro que aguarda seu engenho; sua avaliação a respeito da provável derrocada do seu projeto de vida direciona-se muito mais para a dimensão histórica da decadência do que para a dimensão mítica. O Coronel Lula de Holanda, ao contrário, sempre alienado em relação à realidade, não concebe a existência além dos limites do Santa Fé e tem um sentimento instintivo em relação à decadência que se aproxima mais do plano mítico primordial do que do histórico-social. Essa postura faz com que qualquer risco imputado à sua casa ameace não apenas seu *status* de senhor de engenho, mas a sua

¹ Todas as citações de *Fogo morto* referem-se a: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

existência. D. Amélia – filha do Capitão Tomás e mulher do Coronel Lula – aproxima-se mais do racionalismo do pai do que da irracionalidade do marido e, por isso, percebe a inevitável bancarrota do seu engenho, embora essa racionalidade não implique menos sofrimento.

Apesar de a decadência permear todos os espaços centrados nos protagonistas, independentemente de se ater ao engenho Santa Fé, à casa de mestre Amaro ou ao mundo desgovernado de Vitorino Carneiro da Cunha, há, em *Fogo morto*, algumas peculiaridades narrativas em relação a muitos dos romances que tematizam a decadência. A primeira é que José Lins do Rego abarca o ciclo completo de ascensão e queda da família, concomitantemente à edificação e à ruína do engenho. Situação similar à do rancho de mestre Amaro, pois há uma relação atávica entre a casa do seleiro e o engenho, como se aquela reproduzisse, em menor escala, o processo sofrido por este. Seu Lula e mestre Amaro fazem parte de um mundo prescrito, e o seleiro e o coronel, cada um em sintonia com sua condição social, serão levados de roldão pelas transformações socioeconômicas às quais foram incapazes de se ajustar. O Santa Fé, erguido sob o impulso de um presente que objetiva se projetar para o futuro, ao ser gerido pelo passadista coronel Lula, rapidamente torna-se o modelo de engenho inoperante, atado a uma estrutura arcaica e sem perspectiva de futuro. De acordo com Freyre (1962, p. 609) “nada mais expressivo da relatividade dos tempos que a fácil dissolução dos futuros em passado, deixando em insignificâncias os presentes: os tempos presentes”.

Embora a aristocratização fizesse parte dos projetos do Capitão Tomás de consolidar seu nome e sua obra, a subsistência da família por apenas três gerações faz com que suas raízes sejam ainda muito superficiais para que este processo se consolide. Ele chega à várzea como um camumbembe que trabalha com as próprias mãos e empenha toda a sua vida no processo de aristocratização do seu nome e, conseqüentemente, do seu engenho. Sua filha usufruirá desse processo de ascensão social e sua neta, com a derrocada do engenho, volta à condição de camumbembe da qual emergira o avô. A constituição do engenho e da família e sua sobrevivência por apenas três gerações está em sintonia com a tradição popular oral, presente em ditados como “o pai rouba, o filho come, o neto morre de fome”, ou “pai peão, filho nobre, neto pobre.” *Fogo morto* é um romance que tangencia as condições socioeconômicas da região canavieira nordestina entre a segunda metade do século e o início do XX, assim como a obra de Marcel Proust e Henry James, de acordo com J. Lindsay, (*apud* FREYRE, 1983, p. li), às vezes, se aproximaria

de uma história social que fosse também história cientificamente psicológica. Foi, aliás, Henry James que escreveu ser o romance ou a novela (tal como ele a compreendeu), um tipo de literatura viva, una e contínua, em que cada uma de suas partes havendo – como na literatura histórica ou sociológica – alguma

coisa das outras partes. De outro modo, não parece a alguns de nós, dever ser o comportamento de um grupo humano considerado, estudado e interpretado pelo analista que, em vez de somente objetivo seja também imaginativo, nos seus métodos de análise e de interpretação do Homem: o Homem em qualquer das suas situações particulares de tempo e espaço.

O principal elemento diferenciador que faz com que o Capitão Tomás possa ser classificado como um burguês de primeira hora, e não como um aristocrata, é a sua relação com o trabalho. Ele é o único senhor de engenho da região que se dá ao “desfrute” de trabalhar com as próprias mãos. Este comportamento o torna absolutamente ímpar, quando comparado aos demais senhores de terra, de *Fogo morto*.

A relação do Capitão Tomás com o trabalho é dissonante tanto quando comparada aos senhores de terras, como também em relação aos empobrecidos remanescentes das famílias tradicionais, como o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha. Embora o Capitão Tomás descenda de uma família de posses, o fato de ele trabalhar com as próprias mãos indica uma postura estranha à tradição patriarcal e a falta de uma ascendência enraizada na tradição latifundiária. Seu comportamento em relação ao trabalho não é apenas dissonante, mas escandaloso.

*O povo a princípio, não levava a sério o Santa Fé. Viam aquele homem de fora, com jeito de camumbembe, **trabalhando para ele mesmo, com as suas próprias mãos**, [grifo nosso] nos trabalhos de casa, e não acreditava que nada daquilo desse certo.(...) A primeira safra pegara muito bom preço do açúcar, e ele mesmo saía com os seus comboios, com a sua burrama para a cidade, levando a mercadoria para vender. Aquilo fez escândalo por toda a parte. Era mesmo um camumbembe. Como era que um senhor de engenho se dava a uma posição daquela, sair acompanhando os carregueiros, como se fosse um feitor, um qualquer? (p.122).*

À dissociação entre riqueza e trabalho, tão marcante na aristocracia rural brasileira, subjaz a concepção de “terem os homens a maior riqueza possível com o menor trabalho possível”.(LISBOA, *apud* HOLANDA, 1984, p. 51). Este “traço cultural” levou o Visconde de Cairu, no primeiro quartel do século XIX, – partindo de uma interpretação equivocada de Adam Smith – a concluir que a inteligência, mais que o trabalho, contribuiria para a riqueza das nações (HOLANDA, 1984). José Lins do Rego respalda-se neste contexto ao estabelecer as relações entre poder e trabalho em *Fogo morto*, reiterando esta incompatibilidade. Bordieu (1992, p. 4-5), em análise sobre classe e posição social, afirma que

a classe social não é apenas um “elemento” que existiria em si mesmo, sem ser em nada afetado ou qualificado pelos elementos com os quais coexiste, mas é também uma “parte”, ou seja, um elemento constituinte determinado por sua integração numa estrutura,(...) a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe do sistema de suas relações com as outras classes pode levar-nos a estabelecer identificações falsas e a omitir analogias reais.

O estranhamento e o desprezo com que o povo vê um senhor de terras *trabalhando para ele mesmo com as suas próprias mãos* é um atestado de que o Capitão Tomás, apesar de vir de uma família abastada, é ainda um mero trabalhador em busca da ascendência, que não pode, ainda, dar-se ao luxo de comportar-se como um autêntico senhor de engenho. Tanto é assim que, ao consolidar seu engenho e, com ele, uma nova condição social, o Capitão buscará fatores externos de ostentação que confirmem aos olhos da comunidade sua nova condição social. Caberá ao seu genro, respaldado no patrimônio herdado através do casamento e no nome tradicional que ele se orgulha de ostentar, manifestar o “horror ao trabalho das mãos”. Este horror o distingue não apenas do homem comum, desprovido de terras que lhe dêem lastro de tradição, mas também do sogro, que, apesar de ser primo e gerador dos seus bens, não ascendeu integralmente à condição de “fidalgo” pois trabalhara como um camumbembe.

Pode-se dizer que a peculiaridade do caráter do Capitão Tomás está em sintetizar as características do aventureiro e as do trabalhador para alcançar seu objetivo final: tornar-se um respeitado senhor de engenho. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1984, p. 13), a mentalidade colonial dividia os homens em dois grupos: a dos trabalhadores e a dos aventureiros. O primeiro primária por transpor obstáculos, “seu ideal é colher os frutos sem plantar a árvore,” enquanto o segundo “ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”. O Capitão Tomás tem a audácia do aventureiro, pois consegue fazer do Santa Fé – “*um anão comparado aos outros engenhos de perto*”(p. 121) – um engenho respeitável, capaz de se ombrear aos maiores da região. Entretanto, sua ousadia ao jogar todos os seus trunfos em um empreendimento tão arriscado, só obtém ótimos resultados graças à sua “*vontade desesperada para o trabalho.*” (p. 121). Portanto, o capitão é uma personagem ímpar no contexto interno do romance, bem como no contexto da aristocracia rural brasileira.

A dissociação entre nobreza e trabalho tem um forte lastro tanto na cultura quanto na literatura brasileira, remontando à contenda seiscentista entre a decaída aristocracia rural, de origem portuguesa – empobrecida com a queda do preço do açúcar – e a ascendente classe dos comerciantes brasileiros, em franco processo de enriquecimento. Tal confronto redundou num dos principais fulcros temáticos da poesia satírica de Gregório de Matos e vem se mantendo como uma constante na literatura, na cultura e na mentalidade brasileira. Esse desprezo pelo trabalho é determinante no poema “À cidade da Bahia”: “Já temos o Canastreiro/ que ainda fede aos seus beirames,/ Metamorfósis de homem grande:/ eis aqui o personagem” (MATOS, *apud* BOSI, 1992, p. 102). Conforme analisa Bosi, o que irrita Gregório de Matos “é, acima de tudo, ver a pretensão do vendeiro (afinal realizada) de ocupar aqueles postos de caráter honorífico

secularmente reservados aos ‘homens bons’. Então, acabaram-se as diferenças de berço? Tudo o dinheiro há de alcançar; tudo comprar?” (BOSI, 1992, p. 102-3.).

O desdouro implícito ao trabalho braçal e o culto ao “ócio elegante” é também moeda corrente no Romantismo. A ociosidade é marcante nas obras de Joaquim Manuel de Macedo, em boa parte da obra urbana de José de Alencar e permeia toda a obra machadiana. Entretanto, em Machado de Assis, há um tom rascante de ironia que não existe em Macedo e só eventualmente, e de forma suave, se faz presente em Alencar. Com afirmação de Faoro, “o maior obstáculo para que sentasse o homem humilde à mesa do estamento, além da própria falta de tradição e nome, era o exercício passado de um ofício manual infamante por si próprio, que nenhum título ou lustre lavaria a mancha. Pior do que isso não havia, nem mesmo o passado nos bancos da criminalidade”. (FAORO, 1976, p. 17).

Cotejando-se a relação com o trabalho entre o Coronel José Paulino – espécie de símbolo dos senhores de engenho em *Fogo morto* e da maioria dos romances de José Lins do Rego – e o Capitão Tomás, ficam evidentes as distinções entre um senhor de terras de velha cepa, cuja família, há muito, deitou raízes à terra, e um aspirante a coronel. José Paulino é o modelo do senhor de engenho, no tempo presente da narrativa e não nos tempos idos da fundação do Santa Fé, visto que é ele quem determina o parâmetro do que é ser um poderoso senhor de engenho. Entretanto, o Capitão Tomás tem um projeto claro de aristocratização no qual a posse da terra e a edificação do engenho são apenas as bases fundadoras que, uma vez consolidadas, propiciarão o processo de continuidade da sua ascensão. É como se, ao constituir seu espaço, ele lançasse raízes capazes de fixarem seu nome e o de sua descendência à terra que os fecundaria fazendo com que reverberassem. O próximo passo deste processo se dá através da formação educacional das filhas.

E foi assim que teve dinheiro para poder educar filho. A verdade é que uma filha fora para o colégio das freiras no Recife. Queria fazer de sua família gente de verdade [grifo nosso]. Não queria mulher dentro de casa fumando cachimbo, sem saber assinar o nome, como tantas senhoras ricas que conhecia (p. 123).

Nesse contexto, a educação funciona como alternativa de ascensão social para aqueles que não têm o lastro das terras e do nome. Este seria o caminho dos emergentes para se tornarem *gente de verdade*. As senhoras ricas, detentoras deste lastro, podem, não só, prescindir da educação formal, como de um comportamento social mais esmerado. Ainda que *fumando cachimbo*, ou vendendo doces, elas serão sempre senhoras de engenho e sua falta de cultura, de boas maneiras e de educação, ao invés de desmerecê-las, revestem-nas de uma certa aura de auto-suficiência e personalidade. A perspectiva do Capitão, em relação à educação da filha, coaduna com a

mentalidade urbana e “progressista” da época. A educação feminina, no contexto do final do século XIX, pelo menos da perspectiva do Barão do Rio Branco, funcionaria como uma espécie de adorno que, associado à elegância e à beleza, contribuiria para a melhoria da imagem do povo brasileiro. De acordo com Rio Branco (*apud* FREYRE, 1963, p. 613), as esposas de diplomatas deveriam ser “quanto possível elegantes e até belas, além de instruídas”.

Gilberto Freyre (1983, p.345), postula que, no Brasil patriarcal, não há, necessariamente, relação entre projeção social e formação cultural: aquela respalda-se, quase que exclusivamente, no poder econômico. Somente com o declínio do patriarcalismo rural e com o crescimento do poder burguês urbano é que a educação passará a funcionar como instrumento de clareamento racial e/ou de ascensão social. No meio rural, esta falta de vínculo entre poder econômico e formação educacional fez com que muitas brasileiras se tornassem “baronesas e viscondessas do Império (...) [sendo] analfabetas, algumas; outras fumando como umas caiporas; cuspiendo no chão; e ainda outras mandando arrancar dentes de escravas por qualquer desconfiança de xumbregação do marido com as negras”. Esta falta de cultura da mulher patriarcal fez com que a sociedade brasileira, durante o esplendor e o declínio do sistema patriarcal, se ressentisse da falta de feminilidade na política, na literatura e nas áreas culturais que extrapolassem o universo doméstico.

Essas mulheres se assemelham à D. Mariquinha, mulher do capitão Tomás, e tipificam a senhora de engenho que, de acordo com o Padre Lopes Gama (*apud* FREYRE, 1982, p. 279), não “devia preocupar-se senão com a administração de sua casa, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fogo (...) Tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava a mão do chicote” Entretanto, apesar deste empenho na supervisão do trabalho, não cabe à mulher a condição de provedora da família.

D. Amélia, quando da decadência do engenho, analisa com precisão a relação entre o dinheiro e o comportamento das senhoras de engenho e de como esse as coloca acima do povo em geral e de como, até mesmo seu trabalho, desde que não seja por necessidade reveste-se de grandeza. Entretanto, uma senhora de engenho trabalhar por necessidade geraria escândalo e a tornaria objeto de chalaça, uma vez que este trabalho implicaria a volta à condição camumbembe, semelhante à do capitão Tomás, quando da edificação do engenho.

Em vindo à tona que D. Amélia mantinha o engenho com a venda de ovos, ela seria colocada, social e economicamente, em um patamar muito próximo ao de Sinhá Adriana – a mulher de Vitorino, uma retirante sertaneja que há algumas décadas a família Cabral acolhera por caridade no Santa Fé e que sustentava a casa com seu trabalho de castradora de frangos

– e cada vez mais distante das senhoras de engenho da várzea. Também sua filha Neném se aproxima, pela neurastenia e pela condição de solteirona, da filha de mestre Amaro e, apesar da sua educação, se distancia das demais filhas dos senhores de engenho. Essas comparações revelam uma dramática proximidade espacial e social entre a casa-grande e o mucambo, conforme apontam as reflexões de D. Amélia sobre os destinos da sua casa e da sua família.

Tinha a sua vida difícil para viver. Pedira a Neco Paca para não falar a ninguém do seu negócio. Seria muito triste que soubessem, na várzea, que a senhora de engenho do Santa Fé sustentava a família com dinheiro de vendagem de ovos. Aquilo era muito bonito quando não havia necessidade dentro de casa, quando a senhora de engenho trabalhava como brinquedo como aquela D. Emília do Oiteiro, que ganhou um dinheirão vendendo cocada para os cassacos da estrada de ferro. Todos achavam muito bonito o seu esforço, era muito louvada pela força de vontade. Mas se soubessem que a senhora de engenho do Santa Fé vendia ovos para sustentar a casa-grande, fariam mangação. (...) Deus a livrasse que Lula soubesse uma coisa daquela. (...) Um senhor de engenho sustentado pelo trabalho de sua mulher! (p. 177).

D. Amélia, discreta e reservada, como convinha a uma senhora, mantém um certo senso de equilíbrio e uma certa noção de realidade. Sua formação cultural, em sintonia com os projetos de ascensão social de seu pai, fora uma forma de equilibrar a exigüidade de suas terras e a falta de lastro histórico do sobrenome da família. Ela dera um grande salto cultural se comparada à mãe e às demais senhoras da várzea, mas esta educação não tem grandes efeitos práticos, ao contrário, assim como o piano, é, apenas, mais um adorno da ascensão idealizada pelo Capitão Tomás para distanciá-lo da sua antiga condição social. A educação da filha e seu piano – bem como, posteriormente, o cabriolé do genro – funcionaram como “ ‘marcas de distinção’. É através destas marcas que os sujeitos sociais exprimem e constituem, para si e para os outros, sua posição na estrutura social”(GOMES, 1981, p. 73).

A educação de D. Amélia destaca-se, apenas, pelo aparato social do piano e por um certo traquejo, realçado pela absoluta falta de formação letrada das demais senhoras do romance. Passado o furor da sua chegada do Recife e arrefecida a aura de encantamento provocada pelo marido vistoso e proprietário de cabriolé, a trajetória de D. Amélia se aproxima cada vez mais da de sua mãe. Embora o empenho de seu pai em educá-la tivesse por objetivo distingui-la, distinção esta que contaminaria a ele e ao seu engenho, com a derrocada do Santa Fé os efeitos práticos desta educação serão inócuos. Ou seja, D. Amélia tipifica a mulher patriarcal que, mesmo freqüentando “escola ou colégio, tornava-se mãe de família sabendo apenas falar mais elegantemente que as outras, juntando ao português um pouco de francês, um pouso de música, um pouco de dança” (FREYRE, 1951, p. 288). Também Neném estudara no Recife, o que não a

impediu – com a derrocada do engenho – de tornar-se uma solteirona típica, quase tão neurastênica quanto Marta – uma “reles” filha de agregado – e tão sujeita quanto ela ao escárnio e à chalaça pública.

Os estudos e o piano de D. Amélia funcionam apenas como um substitutivo capaz de equiparar os Cabral de Melo aos grandes senhores da região, mas esses não a tornarão mais apta a enfrentar os revezes da fortuna. Ante a miséria que ronda o engenho, ela criará galinhas para sobreviver, como faria qualquer matuta. De acordo com Fernando Azevedo (1971, p. 219), à instabilidade econômica e ao processo fragmentário de formação subjaz a “atitude do brasileiro em face da cultura, geralmente considerada entre nós, não como uma necessidade prática ou um valor moral, mas como um sinal de classe ou distinção”.

O retorno da filha educada, acompanhada de um piano, implica a passagem do Santa Fé de sítio de camumbembe a grande engenho e, do seu proprietário, de matuto a gentil-homem, apto, não apenas para consolidar seu império, mas para, enfim, deitar raízes capazes de garantir sua descendência. Neste processo, a próxima etapa “natural” será o engajamento político. “O capitão ficou forte na política, dava voz de comando no Partido Liberal. O povo do Santa Rosa formava no conservador. Ele não. (...) Por mais de uma vez tivera que presidir a Câmara do Pilar. Quando o seu partido subia era o homem de mando da vila.” (p. 123).

O casamento de D. Amélia com o Coronel Lula de Holanda Chacon – cujo patrimônio concreto, além do nome imponente, da aparência de gentil-homem, da tendência para o ócio e da soberba, resume-se ao cabriolé – seria, de acordo com os planos do Capitão Tomás, a etapa final no processo de consolidação do seu nome e do seu engenho. “O Capitão Tomás era homem simples, mas gostava de mostrar aos senhores de engenho da Ribeira que não era o camumbembe que eles pensavam. Tinha filha que tocava piano, e genro que possuía cabriolé” (p.133). Entretanto, o casamento, coincidente com o ápice do engenho, marcará o início da sua bancarrota e esta será tão meteórica quanto o fora sua ascensão.

O empenho do Capitão Tomás em encontrar um marido para a filha que se situe acima dos homens da região, resulta, por um lado, do seu apego à família, mas, por outro, dos seus planos de consolidação da sua posição na sociedade e de ascensão do seu engenho. Há, implícita no casamento de Lula de Holanda e D. Amélia, uma relação simbólica de troca. O capitão entra com o engenho, o lastro econômico e uma filha “ilustrada”, ou seja, com os bens concretos dos quais o noivo carecia. Esse, por sua vez, entra com sua estampa de gentil-homem, seu donaire e a “superioridade”, uma vez que é filho de um herói regional, e empresta sua aura de superioridade a um engenho cujo fundador fora um camumbembe que trabalhara com as próprias mãos. Ter por genro Luís Holanda Chacon faz parte dos planos do Capitão de apagar da sua pessoa e do seu engenho as marcas de camumbembe. De acordo com Bourdieu (1992, p. 3),

levar a sério as marcas de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência.

O casamento de D. Amélia, da perspectiva do Capitão, faz parte de um processo ulterior às suas necessidades básicas, quando da edificação do engenho. Esta seria uma forma simbólica, através do qual o senhor migrara definitivamente de classe e aristocratizara sua casa. De acordo com Veblen (*apud* BOURDIEU, 1992, p.16-17), o empenho na observância de regras “cerimoniais (...) ocupa um lugar importante na estima dos homens no estágio cultural em que o lazer ostentatório está em voga enquanto marca de honorabilidade, (...) em estágios ulteriores do desenvolvimento cultural”.

A concomitância entre a grande alegria pelo casamento da filha mais velha, a tristeza e o sentimento de impotência provocado pela loucura da filha mais moça e a fuga de um escravo – cuja ousadia ameaça seu poder absoluto – desvia o Capitão Tomás do seu caminho e o leva em direção à “via excêntrica, aquela que o homem percorre, universal e particularmente”. (HÖLDERLIN, 1993, p. 10). Até aí, ele comportara-se de uma forma absolutamente retilínea e previsível, sabendo quem era, de onde partira e onde pretendia chegar, sem cogitar a possibilidade da existência de situações além do seu controle. Quando o escravo volta a fugir e a loucura da filha revela-se irreversível, o Capitão Tomás desnorteia-se definitivamente e, com isso, seu engenho – que, desde sua fundação, funcionara como uma máquina perfeitamente azeitada – começa a emperrar.

O velho tinha sido ultrajado, era um homem que se considerava sem honra. A filha Olívia voltara para dentro de casa. Era aquele fantasma vivo, de olhos mortícios, a andar de um lado para o outro, numa ânsia que não parava. A casa-grande do Santa Fé ficara assim, muda, de repente. (p. 139).

A prepotência do senhor de terras que, até então, colocara a si, aos seus e a seu engenho acima de qualquer afronta ou oposição, tornara-o histórica, e individualmente, despreparado para defrontar-se com qualquer desvio no caminho que traçara e que, até aquele momento, lhe parecera definitivo. Ao ser desalojado do seu centro, da crença no poder inexpugnável do seu engenho, ele será incapaz de manter um certo equilíbrio e, ao mesmo tempo,

abandonar o centro. (...) Longe de uma via retilínea, aquela em que se sabe de antemão, de onde se parte e para onde se destina, a via excêntrica indica, fundamentalmente, um desnorteamento, um sem-rumo, um descentramento.

Não o que jamais teve norte, rumo e centro mas o que precisa deixar norte, rumo e centro para encontrar-se (HÖLDERLIN, 1993, p.10).

Enrijecido em seus conceitos, entronizado na sua condição social e entalado em sua soberba de burguês aristocratizado, o Capitão se perde no desvio provocado pelas contingências históricas e econômicas – implícitas na fuga do escravo e na afronta de quem se atrevera a dar-lhe couto – e nas adversidades às quais a trajetória humana está sujeita e que se abatem sobre ele por vias da loucura da filha e da frustração em relação ao genero: inicia a decadência do engenho Santa Fé.

A morte do Capitão, os conflitos entre o coronel Lula de Holanda e a sogra – associados à abolição da escravatura e às transformações econômicas, sociais e políticas que implicaram a modernização dos engenhos da região, convertidos em usinas – bem como a inoperância e a preguiça de Lula de Holanda, selam o fim do engenho, da família e de um ciclo socioeconômico. A trajetória do engenho abarca um lapso de tempo que vai da segunda metade do século XIX a um tempo impreciso do início do século XX. José Lins do Rego centra sua perspectiva na aristocracia rural escravista que dera sustentação econômica ao Segundo Reinado e que se exaure com ele. A partir da abolição da escravatura, o Santa Fé, já combalido, se arrasta de forma agonizante pelos primeiros anos da República. De acordo com Eduardo Coutinho (1991, p. 432),

Fogo morto apresenta como núcleo temático básico a decadência de uma sociedade rural escravocrata, apoiada numa economia mercantil de ranço colonial, frente a uma nova ordem de valores de cunho burguês e a uma economia emergente de base capitalista. (...) É a radiografia da realidade nordestina em um momento de crise; o da dramática transição entre os engenhos decrepitos e a usina nascente.

O deslocamento para o passado, quando do nascimento, apogeu e início da decadência do engenho, é fundamental para que, ao se entender o ciclo completo da história do Santa Fé, se entenda a lancinante condição presente dos Holanda Chacon. O Santa Fé se arrasta pelo final do século XIX e início do XX, afrontado por um mero agregado, que se recusa a deixar as terras; pressionado por um arrivista, que tenta mudar suas divisas; invadido por um “reles” cangaceiro, que ousa afrontar o senhor; ridicularizado pela população, que se atreve a fazer um charivari, expondo a “sinhazinha” ao escárnio público como se esta fosse “uma camumbembe qualquer”. O Santa Fé – que, no passado, deslumbrara a região com moça estudada, piano e cabriolé – está, definitivamente, morto. Contudo, no seu interior, ainda vagam, como espectros, o velho e alucinado Coronel Lula, a louca Olívia, a neurastênica Neném e D. Amélia – uma das mais dramáticas personagens de *Fogo morto* – que, lúcida entre zumbis, em uma casa a delir, sustenta, com a venda de ovos, o esgarçado tecido daquilo que um dia fora o respeitável engenho de seu pai.

O engenho Santa Fé, paralelamente à história dos senhores de terra do século XIX e primeiro quartel do século XX, cumpre o ciclo completo: do afa com que foi construído para durar séculos, à insolvência resultante da sua incapacidade de se adequar à voracidade das mudanças do tempo histórico.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- AZZI, Riolando. *A cristandade colônia: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EDARTE, 1961.
- COUTINHO, Eduardo e CASTRO, Ângela Bezerra de. (orgs). *José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (Coleção Fortuna Crítica).
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. *Ordem e Progresso*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- _____. *Casa-grande & Senzala*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- GOMES, Heloísa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional/ Brasiliense, 1977.
- _____. *Raízes do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HÖLDERLIN, Friedrich. *Hipérion ou O eremita da Grécia*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 1993.
- REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Mal. Cândido Rondon

REVISTA TRAMA

Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber